

# A ROUPA DA RACHEL

Um estudo sem importância

## Fácil fama

O primeiro escrito de Rachel foi sintomático e definitivo. Tendo se mudado de Fortaleza para o sertão em janeiro de 1927, e já viciada em jornais, lê a notícia da eleição da nova Rainha dos Estudantes, a jornalista Suzana de Alencar Guimarães. Irritada com o estilo 'feminino' e pseudo-lírico da Rainha (que se assinava Marquesa em suas crônicas), escreve para o diretor do jornal, ironizando o concurso – e a candidata vencedora. A carta, assinada sob pseudônimo, fez sucesso instantâneo e promoveu, na cidade, uma busca cerrada para desvendar quem seria Rita de Queluz. Mas, como nos filmes, uma pista fora deixada: Rachel é descoberta pelo carimbo Estação de Junco no selo da carta, e é imediatamente convidada a trabalhar no jornal O Ceará. Estava lançada a sorte de Rachel de Queiroz.

Aos 17 anos, já colaboradora do O Ceará, publica História de um nome, romance em folhetim, escreve a peça de teatro Minha prima Nazaré, participa em jornais literários e arisca algumas poesias. Em 1929, escreve seu primeiro romance, O Quinze, que repercutiu bem para além das fronteiras cearenses. Augusto Frederico Schmidt e Alceu Amoroso Lima, no Rio, e Artur Mota, em São Paulo, saúdam, com entusiasmo, sua estréia literária.

Rachel, assim, de uma feita, aos 20 anos, torna-se figura pública e nome nacional. Diariamente recebia cartas, telegramas, pedidos de livros e encontrar retratos seus, em jornais e revistas, não mais a surpreendia. Quando viajava, era constantemente assediada pelos intelectuais locais e, em uma dessas ocasiões, como prova de admiração, Luiz da Câmara Cascudo fez um recital a bordo em homenagem à jovem escritora. "Era como se eu tivesse sido eleita Miss", conta, lembrando a repercussão de seu primeiro romance.

Mas, se a escritora não se admirou com esse rápido e fulgurante reconhecimento, não se pode dizer o mesmo de seus padrinhos literários. Em "Uma Revelação – O Quinze", pu-

blicado em Novidades Literárias em 18/08/30, Schmidt que, como tudo indica, a 'descobriu', explicita seu entusiasmo com a revelação de um grande escritor brasileiro, inteiramente desconhecido, mas – já que não vê no livro "nada que lembre, nem de longe, o pernosticismo, a futilidade, a falsidade de nossa literatura feminina" – admite abertamente uma forte suspeita de que D. Rachel de Queiroz fosse apenas um nome escondendo outro nome.

A mesma dúvida foi confessada por Graciliano Ramos quando escreveu sobre Caminho de pedras alguns anos mais tarde. Diz ele: "O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que realmente causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acredite! Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: não há ninguém com este nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado."

Rachel, fleugmática, não entrava no mérito das inquietações que sua obra estimulava nos corações masculinos. Em vez disso, enviava o romance para uma lista de cem críticos e escritores, entre eles, o então polêmico Graça Aranha que defendia os novos ventos modernistas, em guerra aberta contra a Academia Brasileira de Letras.

Em março de 1931, o Prêmio Fundação Graça Aranha era conferido pela primeira vez e contemplava Murilo Mendes na categoria poesia, Cícero Dias na pintura e Rachel de Queiroz no romance. No momento de sua morte repentina, Graça Aranha, sentado, relia O Quinze. No Museu Graça Aranha, alguns anos mais tarde, essa cena é reconstituída: O Quinze, aberto na página 32, pousado no braço da poltrona na qual morreu o escritor.

Depois da premiação, o romance passa a ser disputado pelos editores para uma segunda edição. Rachel escolhe a Editora Nacional. Hoje O Quinze, escrito aos 19 anos, encontra-se na 48ª edição, lido por mais de 100 000 pessoas e é unanimemente considerado um clássico na história da literatura brasileira.

Sobre esse sucesso instantâneo, diz Rachel: "O livro explodiu mesmo. Mas foi muito bom porque eu sempre tive a cabeça no lugar, nunca me deixei levar muito por aquele barulho, era comunista e, no fundo, queria mesmo era destruir toda aquela sociedade, inclusive a Editora Nacional".

Quarenta e oito anos mais tarde, no dia 4 de novembro de 1977, Rachel de Queiroz, autora de cinco romances, duas peças, oito livros de crônicas, traduções em inglês, francês, alemão, polonês e japonês, 50 anos de colaboração regular na imprensa e tradutora de 47 livros, era recebida na Academia Brasileira de Letras por Adonias Filho para ocupar a cadeira número cinco, fundada por Raimundo Correia.

Foi a primeira mulher a entrar na Academia e nunca se saberá verdadeiramente se a enorme festa nacional em torno desta posse dizia respeito à vitória definitiva das mulheres

e à queda de um dos mais severos bastiões da cultura brasileira, ou se era apenas mais um feito 'natural' e ocasional de Rachel de Queiroz. Mas penso que se pode arriscar alguns palpites a respeito.

Entre os vários campos de observação que nos oferece o enigmático cruzamento da singularidade da carreira profissional de Rachel de Queiroz e dos históricos obstáculos ao reconhecimento profissional das mulheres, especialmente na primeira metade do século, escolho sua vitória contra o artigo 2 dos Estatutos da Academia Brasileira de Letras que, ao ser fundada, estabeleceu que "só poderão ser membros da ABL os brasileiros natos", sentença cuja interpretação ortodoxa por parte dos acadêmicos desafiou as regras mais elementares da concordância gramatical, ao definir que a flexão masculino plural da palavra "brasileiros" não incluía o conjunto feminino (brasileiras) + masculino (brasileiros).

### **La grammaire a son mystère** (uma digressão necessária)

A polêmica em torno da presença da mulher na Academia Brasileira de Letras, porém, não constitui exatamente uma novidade. Sabe-se que, nas reuniões preparatórias para a criação da ABL, Lucio de Mendonça, reconhecido como o verdadeiro fundador da Academia, era partidário da presença feminina no rol dos acadêmicos, posição explicitada em um artigo no Estado de São Paulo. Além disso, o nome de D. Júlia Lopes de Almeida, na época uma romancista bastante respeitada e reconhecida, foi seriamente cogitado para figurar entre os fundadores da Casa. A seu lado, entre as conjecturas para a lista dos membros correspondentes, figurava também o nome de Francisca Júlia. A idéia, entretanto, foi rejeitada pela maioria conservadora dos participantes das reuniões preliminares. No lugar de D. Júlia, então primeira dama de nossa literatura, ficou seu marido Filinto, que fazia versos de mérito relativo e não era 'brasileiro nato', mas que mostrou um certo senso crítico – e de humor – ao se auto-intitular, "o acadêmico-consorte"<sup>1</sup>

Dizem que D. Júlia, assim como suas contemporâneas, não haveria protestado por sua extrema modéstia ou por ter preferido que tal honra recaísse em seu marido. Uma posição, no mínimo prudente, em uma época em que as mulheres eram admitidas excepcionalmente – e pela porta dos fundos –, em concertos e espetáculos públicos, como comprovam as normas do Clube Beethoven, do qual Machado de Assis era membro diretor, ou eram ridicularizadas quando se aventuravam a exercer profissões liberais como bem exemplifica a peça As Doutoradas, encenada em 1889, do acadêmico França Jr. Provavelmente, por saber reconhecer, agradecida, a expertise com que D. Júlia soube ser, em vida, a "sombra por trás da cadeira número três", a Academia, depois de sua morte, não poupou homenagens e testemunhos de apreço a seu "enorme valor literário". Sessões especiais dedicadas à lembrança e ao elogio à obra de D. Júlia acompanharam as atividades da Academia, ano a ano, até a morte do pró-

**1** Josué Montello *As Mulheres na Academia* Jornal do Brasil, 5 ago 1976

prio Filinto, em 1945. Era como se fosse, de fato, visível e legítima a presença de D. Júlia na cadeira número três enquanto ocupada pelo acadêmico-consorte. Essas homenagens anuais comportavam de referências lamentosas ao "simples preconceito que afastou-a da Casa"<sup>2</sup>, aos recitais do Club das Vitórias Régias quando "as figuras mais representativas do mundo intelectual e artístico feminino" ocuparam as cadeiras numeradas da ABL interpretando páginas de D. Júlia e até mesmo à construção de uma herma para D. Júlia "a maior das nossas romancistas". Por sua vez, o saudoso Filinto deixou, em testamento, cem mil cruzeiros para a criação do prêmio Júlia Lopes de Almeida a ser dado pela Academia para romancistas mulheres. D. Júlia terminou, assim, por conquistar uma imortalidade às avessas, por trás da cadeira número três.

Trinta anos depois de indeferida a sugestão do nome de Júlia Lopes de Almeida como membro fundador da ABL, uma mulher de letras, a poeta Amélia Bevilacqua, esposa do acadêmico e jurista Clóvis Bevilacqua, requereu ao Presidente Dr. Aloysio de Castro, como consta na ata da reunião de 29 de maio de 1930, inscrição à vaga de Alfredo Pujol, cadeira com linhagem de primeira grandeza, tendo Machado de Assis por fundador e José de Alencar como patrono.

Sendo a primeira vez que se apresentava à ABL uma candidatura feminina, o Presidente, por não se achar autorizado a interpretar o artigo 2 dos Estatutos, solicitou que a Academia, em plenário, se manifestasse. O momento certamente era favorável para o debate que a candidatura de Amélia Bevilacqua terminaria por gerar. Apesar da discordância das alas conservadoras, a participação da mulher na sociedade civil ampliava-se consideravelmente. Em 1930, a ruidosa campanha de A. Bevilacqua por uma vaga na Academia sintonizou-se, de forma inevitável, com um conjunto de outras lutas e reivindicações, que tinham como principal bandeira o direito ao voto feminino. No Recife, era criada a Cruzada Feminista Brasileira, que, defendendo reivindicações políticas, vinha juntar-se às vozes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada, no Rio, em 1922, por Berta Lutz. Neste quadro foi encaminhada e julgada a solicitação do Presidente, Dr. Aloysio de Castro, em relação a uma tomada de posição dos acadêmicos quanto aos critérios que avaliariam ou rejeitariam a inscrição de D. Amélia. A favor colocaram-se Augusto de Lima, Ademar Tavares, Luis Carlos, Affonso Celso, Fernando Magalhães, João Ribeiro, Laudelino Freire, Magalhães de Azeredo, Félix Pacheco (que fez uma declaração pública de seu apoio ao ingresso feminino na ABL) e, naturalmente, Clóvis Bevilacqua, marido da aspirante a candidata. Ou seja, pouco mais da quarta parte da Academia. O restante foi contra, tendo pesado decisivamente os depoimentos de dois dos fundadores – Alberto de Oliveira e Silva Ramos – que lembraram que o assunto havia sido debatido por ocasião da constituição da Academia, definindo a não admissão de mulheres na mesma.<sup>3</sup> Votaram contra: Aloysio de Castro, Gustavo Barroso, Olegário Mariano, Afrânio Peixo-

to, Alberto de Oliveira, Coelho Netto, Constâncio Alves, Dantas Barreto, Goulart de Andrade, Humberto de Campos, Luis Guimarães Filho, Ramiz Galvão, Roquette-Pinto e Silva Ramos.

Não convencido, na sessão de 24 de julho de 1930, Laudelino Freire, acusando a Academia de estar "respondendo com obstinação a argumentos irrespondíveis", propõe a reconsideração do assunto, argumentando a importância e a forma irregular por que fora resolvido na preliminar do dia 29 de maio. Pelos estatutos, num caso como este, seria necessário o pronunciamento de 21 acadêmicos em sessão previamente anunciada. Sugere então que a mesa envie a todos os acadêmicos, sem exceção, a seguinte consulta, pedindo-lhes resposta por escrito, dentro do prazo de 60 dias. "Na palavra 'brasileiros' do artigo 2 dos Estatutos estão ou não incluídas as escritoras brasileiras?".

Conduzia, assim, a ABL o debate em torno do acesso feminino à imortalidade literária como uma questão prioritariamente gramatical, insensível aos argumentos enfáticos de Clóvis Bevilacqua, que invocava a responsabilidade da Academia, enquanto autora do Dicionário da Língua Portuguesa.

Em 1930, Otávio Mangabeira recebe a vaga pleiteada por D. Amélia

A escritora, ao contrário de D. Júlia, resolve comprar uma vasta e pública discussão com a Academia cujo último ato foi a publicação do livro A Academia Brasileira de Letras e Amélia Bevilacqua, definido pela autora como um documento histórico-literário. Pelo conjunto do material apresentado no livro, uma reunião de depoimentos, artigos de jornal e textos da autora em defesa própria, pode-se perceber a alta voltagem do debate político-gramatical travado na ABL em função das aspirações e provocações de D. Amélia. Mobilizando, como comprova o livro, a opinião culta do país, em torno do uso ortodoxo e/ou contraditório da palavra 'brasileiros', usada naquele artigo 2 dos Estatutos da ABL, instituição normativa da língua pátria, D. Amélia, no mínimo, soube pôr em relevo "um erro antipático, que não poderá prevalecer por muito tempo", como declarou Felix Pacheco no calor do debate.

Entretanto, vai ser o argumento de Constâncio Alves, radicalmente contrário à inscrição feminina, que vai desvendar o enigma gramatical mobilizado pela candidatura de D. Amélia. Lê-se, a certa altura no seu voto publicado: "Os que defendem as candidatas femininas fundam-se na moderna (?!) interpretação constitucional, que pleiteia o direito de voto e demais direitos políticos para a mulher". Em outro artigo na Revista da Academia, o mesmo autor mantém e radicaliza sua posição: "O mesmo sofisma patrocina as ambições políticas do feminismo. O emprego da palavra brasileiros na Constituição não foi feita como nos nossos estatutos (...) não puseram os pontos nos iii "

O debate que definiu a "Inelegibilidade de Senhoras para a Academia Brasileira", conforme publicação na Revista da Academia Brasileira de Letras, de agosto de 1930, foi, cer-

tamente, amplo e irrestrito, invocando até a jurisprudência da Academia fundada pelo Sr. Mussolini. Recorreu-se à história do catolicismo, um "infindável desfilar de maravilhosas figuras femininas que sobem aos altares mas que não podem celebrar missa nem confessar ninguém", para finalizar com um gesto de extraordinária galanteria: aquele "grêmio não tem cadeiras que correspondam a tantos merecimentos". De resto, oscila entre uma visível misogênia – interpelando esse "esquisito feminismo que não aconselha às mulheres essa iniciativa (de fundar uma academia própria) e faz questão de que elas, em vez de edificar uma obra sua, que revele sua autonomia e a eficácia de seus esforços – venham habitar casa que não construíram" – e um certo pânico, sugerido na oração final do Sr. Constâncio Alves: "Atentai nessas palavras, meus ilustres colegas. Que dificuldades vos criaria o futuro, se tivésseis de dar o voto, quando se apresentassem concorrentes femininas? Os homens derrotados podem perdoar e, se não perdoarem, pouco importa. Mas podemos ser indiferentes ao descontentamento de uma candidata vencida? Não e não. Por isso, vos digo: não permitais que a Discórdia reedite, nesta casa, o que fez com o desgraçado Páris. Que ela não possa repetir, servindo-se de cédula acadêmica, o que conseguiu com o maldito Pomo. Tenhamos a prudência de Rosny. Admiremos, como é justo, todas as mulheres de letras, mas não votemos em nenhuma. Ah! non, pas ça". Menos galante e mais pragmático, Carlos de Laet, algum tempo depois, argumenta, "devia-se deixá-las entrar porque já traziam consigo as cadeiras".

➤ A imprensa, entretanto, encampa enfaticamente a candidatura de Amélia. No artigo "Resolução Anacrônica", publicado no Jornal do Brasil de 31 de maio de 1930, J.H. de Sá Leitão ironiza: "Todo esforço cerebral é inútil para compreender a sutileza: '*mon âme a son secret, ma grammairre a son mystère*'. Abre-se-lhe o acesso às maiores aventuras e fecham-no apenas quanto à imortalidade. Não é uma solução elegante. E, além de não traduzir uma galanteria, peca pelo seu infrene ilogismo. Conjuremos os estatutos da Academia a que se tonifiquem de um sopro e passem a encarar o problema do feminismo, não somente pelo que de bom os seus poetas têm dito das mulheres, no tocante ao capítulo de caprichos e graças"

Em outro artigo, publicado no Jornal do Brasil, em 5 de junho de 1930, lê-se: "A Academia de Letras, resolvendo contra a entrada de mulheres no recinto do Pequeno Trianon, deu um golpe tremendo no feminismo, mesmo no que diz respeito às grandes pretensões políticas deste. Foi, sem querer, um grande elemento para a interpretação da nossa lei básica, a Constituição (. . .)"

Ora, a defesa ou a fundamentação em favor dos direitos políticos da mulher vêm justamente do mesmo termo. "Julgamos, os que defendem o voto feminino, que estando na nossa Carta Magna o termo 'brasileiros', ele se refere a todos os indivíduos independente de sexo. Contra isso, opõe-se a

nossa mais douta corporação, que está fazendo um dicionário para guia completa filológica. Não há dúvida que o golpe foi muito grande"

Ainda que o debate sobre a candidatura de Amélia Bevilacqua tenha terminado com enquadramento explicitamente político e anti-feminista, um detalhe que chama a atenção é a ansiedade manifesta dos acadêmicos, com um outro problema não menos gramatical, qual seria a flexão feminina do masculino fardão? Um problema que, como veremos adiante, será resolvido por Rachel de Queiroz.

A idéia de um fardão feminino preocupava sobretudo o Presidente Aloysio de Castro e os poetas Alberto de Oliveira e Olegário Mariano. No *Diário de Notícias*, perguntava este último, assombrado com uma possível vitória de D. Amélia, suas fantasias divididas entre monjas e gueixas: "Que vestimenta arranharemos para ella? O hábito de freira, o kimono japonéz?"

Em 29 de abril de 1976, Oswaldo Orico, mobilizado pela campanha de Dinah Silveira de Queiroz a favor da admissão de mulheres na Academia, apresenta uma proposta de reforma do regimento interno da instituição. A principal mudança referia-se ao artigo 17. "A presente proposta visa a abrir a todos os brasileiros a mesma oportunidade, cancelada pela redação de um dispositivo conflitante com os nossos Estatutos, que não impedem a inscrição de mulheres aos pleitos eleitorais para a conquista do diploma acadêmico". Havia caído, finalmente, um tabu de 80 anos. As portas da Academia abriam-se para as escritoras. Dinah, que afirmava estar lutando pela entrada das mulheres na ABL, e não especificamente pela sua, encampa a candidatura de Rachel de Queiroz.

### **A roupa da Rachel**

No ano seguinte, em julho de 1977, Rachel envia à ABL carta na qual se candidata a uma vaga aberta para a cadeira número cinco. Em 5 de agosto é eleita, no primeiro escrutínio, com 23 votos. Seu concorrente, Pontes Miranda, obteve 15 pontos. Houve um voto em branco e, entre os 39 acadêmicos, 13 enviaram seu voto pelo correio. Votaram abertamente em Rachel: Adonias Filho, Francisco de Assis Barbosa, Herberto Sales, José Cândido de Carvalho, Mauro Mota, Miguel Reale, Odylo Costa Filho, Austregesilo de Athayde e Lyra Tavares, "que foi contra a entrada de mulheres, mas votou em Rachel". Contra, ficaram Barbosa Lima Sobrinho, Elmano Cardim, Pedro Calmon e Viana Moog.

Eleita Rachel de Queiroz e aparentemente resolvido o debate gramatical em torno do ingresso feminino na ABL, uma antiga pendência continua a alimentar certas ansiedades básicas no *Petit Trianon*. Que roupa usaria Rachel para compatibilizar-se com a simbologia heróica expressa pela espada e os louros do fardão dos imortais? Aparentemente alheio a revolução promovida por Mary Quant, um dos pilares dos protestos comportamentais da década anterior, o Presidente Austregesilo de Athayde confirma a relevância do

problema para a ABL, em declaração aos jornais: "A presença de uma mulher em nossas sessões não muda nada. A única coisa que vai mudar é o fardão"

Foi assim que, por alguns meses, a Casa de Machado de Assis tornou-se o palco de um dos mais curiosos debates deste final dos anos 70, com todos os lapsos e atos falhos que a psicologia impressa nos permitiu

O chá das cinco reverte-se numa arena da moda. Na procura da roupa da Rachel, discussões acaloradas acompanhavam os desfiles de Guilherme Guimarães, da boutique Mônaco e de Sílvia Souza Dantas, a vencedora deste segundo e árduo pleito. "Em princípio, todas as tentativas eram de imitar o fardão, substituindo apenas as calças por saias Redingotes trespassados, *tailleur* com alamares e dragonas, deixaram a escritora apavorada (..)", segundo Sílvia Souza Dantas.

A imprensa acompanhava, ligadíssima, o desenrolar dos trabalhos. Conforme noticiou o Jornal da Bahia de 29 de setembro de 1977, "O mais pitoresco acontecimento, na Casa de Machado de Assis, de certo não deve ser a entrada de uma mulher para conversar com os 'imortais', mas a reunião extra que foi realizada dias atrás, na Academia, para aprovar a *toilette*".

Nas dezenas de matérias que povoaram os jornais (com a forte presença das sessões de cartas de leitores) sobre a roupa que usaria Rachel, fica claro que os acadêmicos se outorgavam o poder total na difícil decisão. "No último chá das cinco dos imortais, Pedro Calmon, notoriamente contrário à admissão de mulheres na Casa de Machado de Assis, numa proposta identificada como revanchismo, pediu que a Academia mandasse desenhar alguns figurinos para que todos os acadêmicos escolham o modelo que Rachel deverá usar." (O Liberal, Belém, 6 de setembro de 1977).

O Presidente A. Athayde, bem mais liberal, encomendou à própria Rachel algumas pesquisas em torno do fardão. Porém, conforme declarou ao Diário Popular de São Paulo em 9 de setembro, "para se evitar fantasias das modas, o próprio plenário da Academia vai escolher, por voto, o modelo a ser adotado".

Enquanto isso, Rachel era metralhada por palpites. em pauta estavam boleros de toureiro, dragonas, alamares, e até mesmo opas de acompanhar procissão foram idealizadas por alguns acadêmicos da Irmandade do Outeiro. Uma festa para Freud e Lacan. Constrangida, Rachel de Queiroz tenta controlar a aflição de seus novos colegas. "Estão fazendo muita onda com essa história da minha roupa. Meus vestidos são todos *chemisier*, todos absolutamente do mesmo feito: eu não me visto, eu me cubro" declara, meio assustada, a O Globo em 9 de outubro de 1977. Segundo a imprensa, a escritora acabou decidindo sozinha e fazendo ouvido de mercador às sugestões de boleros – pouco práticos – ou opas – um tanto litúrgicas – colocando como única exigência para a concepção do fardão feminino, a de ser caracterizado pela sobriedade. Preferindo não dizer o nome dos prestimosos



acadêmicos que deram palpites e idéias sobre seu nevrálgico figurino, explica a opção pela sobriedade como uma opção feminina 'natural', na medida em que "todas as fêmeas da espécie animal são menos ornamentadas que os machos De maneira que segui a regra" (Jornal do Brasil, 4 de novembro de 1977)

A versão final e aprovada foi a de Silvia Souza Dantas, segundo a estilista "uma veste simples como Rachel, na côr verde acadêmico, longo, reto, decote em V e mangas boca de sino" (Jornal do Commercio, 29 de outubro de 1977). Do fardão, restaram somente as folhas de carvalho bordadas em fio dourado, reproduzidas pelas bordadeiras da Academia, na Rua do Senado.

O Correio Braziliense de 4 de setembro de 1977 informa ainda que "o longo de Rachel consumiu 13 metros de crepe e 3 metros de lingerie e que seu colar, presenteado pelo Governo do Ceará, será de ouro maciço, portanto fugindo à regra dos colares masculinos, todos em prata dourada". Essa possível vantagem foi corrigida, entretanto, pelo custo de seu vestido de gala. Como observa Ibrahim Sued em O Globo de 23 de outubro de 1977, "as mulheres já estão dando lucro à Academia, pois um fardão custa 60 mil cruzeiros e o vestido saiu por apenas 11. De leve". Argumento que não parece ter convencido a socialista Tereza de Souza Campos, que pergunta maldosamente à escritora quantas criancinhas nordestinas poderiam ser alimentadas com o dinheiro gasto no polêmico vestido, revidando, assim, uma antiga e semelhante interpelação de Rachel em jornais cariocas.

Um ponto, entretanto, gerou consenso. "A espada que simboliza fidelidade à instituição será dispensada" Lê-se na Ultima Hora de 4 de setembro de 1977. "Rachel de Queiroz está com as mulheres e não abre. Vai tomar posse graças a uma obra feita por uma mulher, com corpo de mulher e com os trajes de mulher. Para ela, já há jurisprudência. Joana D'Arc não usava espada".

### **A posse**

Finalmente, em 4 de novembro de 1977, sã e salva, Rachel de Queiroz, com um vestido contido, elegante e discreto, à revelia dos gostos acadêmicos, toma posse na Academia Brasileira de Letras. Conforme noticiou o Jornal do Brasil, desde as 7 horas da manhã, Rachel é invadida por telefonemas, visitas e curiosos, tendo que se esconder na casa de sua irmã, Maria Luiza. O presidente da ABL, por sua vez, garante à imprensa que "a solenidade de posse da primeira mulher a pertencer ao quadro efetivo da instituição seguirá hoje, às 21 horas, o seu 'ritual uniforme e imutável' e que não serão permitidos discursos laudatórios de poetisas".

Até hoje, nenhum imortal foi tão saudado como Rachel de Queiroz e, pela primeira vez em 80 anos, uma cerimônia de posse ganhava um ar de manifestação popular. "A escola de samba Portela quer homenagear a primeira mulher a entrar na ABL, mas barrada pelo Presidente Austregesilo de

Athayde, que alegou ser a cerimônia formal e, portanto, incompatível com a presença carnavalesca da escola, prontificou-se a prestar a homenagem do lado de fora da Academia, em plena Avenida Presidente Wilson", noticiou a coluna do Zóximo do dia 15 de setembro de 1977.

Como choveu, entretanto, a Portela não pode fazer seu prometido desfile inaugurando a ala de 'acadêmicas', decepção que foi compensada pelos desfiles de várias escolas em todo o Ceará. No Crato, formavam-se blocos, ornamentados com seus livros reproduzidos em enormes esculturas alegóricas de isopor.

O futebol, naqueles idos do 'Brasil: ame-o ou deixe-o', um esporte de importância singular, também esteve na pauta das comemorações. O Jornal dos Sports de 21 de setembro lembrou a seus leitores que "antes de ser imortal e ascender à Academia, Rachel, grande torcedora do Vasco da Gama, havia sido sagrada Cardeal do time por Nelson Rodrigues e admitida entre os pontífices vascaínos". O Vasco da Gama, inclusive, tentou oferecer a Rachel a indumentária para a posse.

Deputados, senadores, prefeitos e vereadores homenagearam a escritora. Mauro Benevides, senador cearense pelo extinto MDB, fez um relato de sua vida e obra no Congresso Nacional. Intervenções dos senadores Franco Montoro (SP), Benjamim Farah (RJ) e Agenor Maria (RN) do MDB e Magalhães Pinto (MG) e Benedito Ferreira (GO), da Arena, complementaram a homenagem. Na sessão do Senado, de 7 de novembro, o vice-líder do Governo, Ruy Santos (Arena-Ba), também fez discurso sobre a posse de Rachel celebrando sua vitória como "marco civilizatório do país".

Do samba ao futebol, passando pelos políticos, a festa de Rachel ganhou um tom de conquista nacional. No dia seguinte à posse, o jornal Última Hora estampava a manchete: "Posse de Rachel viria comício e o público derrota protocolo". Nem as próprias feministas mostraram-se excluídas ou aborrecidas quando, na época, a nova acadêmica falou mal do movimento feminista. "Estavam todos muito contentes porque era a primeira mulher a ir para a Academia. Não houve polêmica", lembra Rachel.

Não parece ter sido, entretanto, por acaso que, em 1930 e 1977 – dois momentos decisivos para a vida política do país (a eclosão da revolução que levou Getúlio ao poder e o início do processo da Abertura política que pôs fim ao regime militar) – a questão dos direitos da mulher tenha se colocado de maneira tão inadiável quanto delicada. Restringindo-se às reações da Academia e à temperatura política local, pode-se observar os caminhos e descaminhos que sofreram as candidaturas de Amélia Bevilacqua e de Rachel de Queiroz à imortalidade. Uma primeira ressaiva a ser feita é sobre a inadequação de um possível paralelo entre Amélia e Rachel.

Dona Amélia comprou uma briga pública com a Academia, que terminou por alijar seu marido Clóvis Bevilacqua

do convívio dos acadêmicos por querer – ou ser convencido a – impor a candidatura da esposa a seus pares. Sua campanha foi tomada como bandeira pela imprensa e pelos grupos feministas e considerada extremamente incômoda e mesmo agressiva pelos acadêmicos. Muitos acadêmicos colocavam em questão a qualidade literária da obra de Amélia, mas o debate ficou em torno do 'erro antipático' contido no artigo 2 dos estatutos da ABL.

O fato é que Amélia terminou perdendo o prestígio que adquirira com suas várias publicações e com os elogios de Silvío Romero a seu livro Provocações e Debates, e acabou sendo considerada uma figura bizarra com fama de desequilibrada ou mesmo louca.

Na mesma época em que D. Amélia tumultuava a Academia com sua candidatura, Rachel de Queiroz, já escritora reconhecida nacionalmente, reunia-se, num banco da Praça do Ferreira, em Fortaleza, com um grupo de militantes, operários e intelectuais planejando a criação do Partido Comunista do Ceará, do qual foi membro fundador. Militante apaixonada pela causa social, nunca se interessou pelas lutas feministas, nem participou das reivindicações pelo voto feminino.

Mulher e Partido Comunista pareciam para Rachel duas coisas inconciliáveis. A política para as massas pretendida pelas comunistas, em oposição ao governo, seria incompatível com os movimentos feministas da época, identificados com a política getulista, que, segundo a própria Rachel, estariam dando um tratamento elitista, segregador e ligado a "gruelhos conservadores", à questão do voto feminino. Além de uma clara divergência política, a aversão de Rachel às feministas expressava ainda certas restrições a suas atividades literárias e artísticas. As escritoras militantes, incluindo-se D. Amélia Bevilacqua, representavam, para a menina que "escrevia feito um homem", literariamente o velho, o estilo 'água-comaçúcar' sem a necessária qualidade literária. Rachel, fascinada pela revelação de Macunaíma, ao contrário, buscava, solitária entre as escritoras da época, absorver as conquistas modernistas. Através de uma rara disciplina literária, trabalhava uma linguagem adversa aos impulsos ornamentais, mais afeita ao substantivo que ao adjetivo, fugindo não só do padrão dos literatos da época mas, principalmente, do que era considerado como 'literatura feminina'. Por sua vez, seus romances, ao contrário da maior parte de suas contemporâneas militantes, desenharam as personagens femininas mais fortes e revolucionárias do período, colocando em pauta temas como a profissionalização da mulher, os constrangimentos do casamento, a liberdade sexual e mesmo o aborto, no melhor estilo da pauta feminista da época. Digamos, uma forma individual de feminismo, dividido entre a questão social mais geral e o horror ao mundo circunscrito do espaço doméstico reservado às mulheres e às escritoras.

A atitude de Amélia, no episódio de sua polêmica candidatura, aproxima-se mais da de Dinah Silveira de Queiroz que, a partir de 1954, quando recebe o Prêmio Machado de

Assis, começa também a considerar seriamente a conquista da imortalidade acadêmica e, durante 25 anos, batalha, com firmeza e persistência, pela entrada da mulher na Academia. Em julho de 1970, candidata-se para a vaga de Alvaro Lins. Em outubro do mesmo ano, volta a candidatar-se para a vaga de Aníbal Freyre, fundamentada num parecer jurídico de Vicente Rao, mostrando que a proibição era uma discriminação inconstitucional. Em 1971, Dinah volta novamente a insistir, sem sucesso, para a vaga de Clementino Fraga. Conta-se que, a respeito, o Presidente Austregesilo de Athayde teria declarado que "no dia em que Dinah transpusesse aquela porta (da ABL), ele sairia por outra". No calor desse debate, em 1971, Rachel foi sondada por Odylo Costa Filho sobre seu possível desejo de candidatar-se. Resposta de Rachel: "não sou candidato, e se quisesse, não podia. Pensar nisso é proibido, é pecado. E uma senhora da minha idade não pode pecar". (Zero Hora, RS, 6 de agosto de 1977).

Só na segunda tentativa após a entrada de Rachel, já em 1980, Dinah consegue tornar-se imortal derrotando Gustavo Capanema. O discurso com que foi recebida por Raimundo Magalhães Jr. foi claro ao marcar sua posse como a consolidação da presença da mulher nos quadros da ABL. A própria Dinah reconhece, em declaração à imprensa, o sentido de sua eleição. "A presença de Rachel na Academia poderia ser como a de um símbolo. O lado feminino da Academia seria só ela, e nenhuma escritora, por melhor que fosse, transporia, além dela, os umbrais da imortalidade. Minha entrada representou uma espécie de alívio, o tabu estava rompido." Opinião não de todo desprovida de sentido, uma vez que a própria D. Carmem, secretária-geral da ABL e profunda conhecedora dos meandros da Casa de Machado de Assis, conta que, quando Rachel entrou, os acadêmicos em *off* comentaram: "Esta foi a última, não a primeira".

O fato é que o 'estilo Rachel', associado à sua incontestável proeminência nas letras nacionais, no momento em que os Estatutos declaram que mulheres seriam elegíveis para a ABL, foi de extrema adequação para o amaciamento desse difícil rito de passagem.

Mesmo assim, ainda que Rachel, com invejável habilidade, insistisse em declarar-se não feminista e anarquista, fazendo com que sua vitória escapasse a possíveis apropriações políticas ou feministas, não conseguiu impedir que seu ingresso na instituição tivesse certa repercussão neste sentido. Rachel, nomeada em 1966 para a delegação do Brasil junto à Assembléia Geral da ONU pelo Presidente Castelo Branco, era ainda, desde 1967, membro do Conselho Federal de Cultura no quadro de um governo impopular entre a intelectualidade de esquerda.

A imprensa, portanto, a recebeu ora como a primeira mulher a entrar no *Petit Trianon*, ora como a representante de um segmento político indesejável. O telegrama que o Presidente Geisel enviou a Rachel incluindo-se entre seus leitores e congratulando-se com sua vitória, ao qual a escritora res-

pondeu com elegante desenvoltura, observando seus dotes de "timoneiro de mão segura, nestas águas difíceis pelas quais navega o mundo", foi reproduzido com destaque por literalmente todos os jornais do país. O próprio autor da emenda que mudou o regimento interno da Academia, Oswaldo Orico, não compareceu à eleição, e considerou sua vitória "um efeito de pressões de fora, principalmente por parte do Conselho Federal de Cultura" (*Jornal de Sta Catarina*, 6 de agosto de 1977). "Quem venceu não foi a mulher, mas um órgão do governo", acusou, num rasgo de falta de elegância, o candidato derrotado e ex-embaixador Pontes de Miranda (*Jornal de Santa Catarina*, 6 de agosto de 1977). A esquerda, dividida, preferiu não celebrar o fato como uma conquista feminina, mas como um jogo político no qual o beneficiado teria sido o próprio governo. O debate esquenta (lembrando e anunciando, de certa forma, a famosa polêmica de Cacá Diegues sobre as 'Patrulhas Ideológicas', no ano seguinte), através das declarações de Alceu Amoroso Lima, um dos mais proeminentes líderes liberais na defesa dos direitos civis do período pós-64, que, argumentando a im procedência das acusações, confirma publicamente seu voto "na maior escritora do Brasil" e do artigo "Hidrofobia Ideológica", publicado pelo jornal *Última Hora*, em 14 de agosto, defendendo o mérito e a lisura das eleições e mostrando, com ironia, a fragilidade dos espadins dos imortais para a manutenção do governo Geisel

Por outro lado, apesar das públicas e insistentes declarações de Rachel de que sua entrada na Academia foi "unicamente como profissional de letras" e de que "defenderia na Academia o ingresso de grandes escritores não somente por serem mulheres", não há dúvida de que, no momento em que o movimento feminista experimentava um momento de expressivo crescimento e institucionalização, repercutindo a expansão dos movimentos feministas internacionais, pairava um clima de eufórica conquista da mulher em torno da queda da mais tradicional oligarquia masculina do país: a ABL. Declarações como "A vitória de Rachel de Queiroz foi considerada pela maioria dos acadêmicos um marco histórico da vida da ABL", "Essa vitória pode representar mais respeito pela literatura feminina" ou "Rachel de Queiroz abriu os caminhos e conseguiu furar o bloqueio discriminatório da ilustre Casa de Machado de Assis" enchem as páginas dos jornais, ao lado de uma quantidade surpreendente de adesões anti-feministas anacrônicas e de ataques violentos ao movimento, por razões óbvias, um movimento não grato à maioria da população

Seu suposto anti-feminismo passa a ser potencializado e explorado pela mídia. Entre as pérolas que a imprensa produziu, cito algumas: "Rachel de Queiroz toma posse, hoje, na ABL. As assanhadas feministas tentaram, de saída, transformá-la num símbolo do Movimento de Libertação da Mulher, projeto que tem muito em comum com a Missão Portella, dela se distinguindo apenas por um detalhe. enquanto o presidente do Senado quer dialogar sobre política, as mulheres só

querem saber de sexo". "Rachel de Queiroz nada tem a ver com o feminismo. Ela não se entregou à permissividade, não se exibiu de tanga, não andou com os seios à mostra, nunca usou a palavra realização, não assinou manifestos imbecis, não embarcou nos esquemas da esquerda e da direita e duvido muito que tenha algum dia passado pela porta de um analista. Rachel de Queiroz sabe costurar, sabe cozinhar, faz arroz e faz feijão. Ao contrário do que imaginam os tolos, Rachel de Queiroz entra para a ABL por sua obra e por ser uma verdadeira mulher!" (Raul Giudicelli, Ultima Hora, 4 de novembro de 1977)

E, claro, não faltou a clássica caça à bruxa Betty Friedmann como consta nas edições do Estado de Minas e do Correio Braziliense que rejubilam-se porque "a glória dessa conquista coube a uma mulher que não reza pelo catecismo de Betty Friedmann".

Deixo, por hora, em suspenso, qualquer avaliação sobre as relações entre Rachel, o feminismo e a política pós-64, observando apenas como a crítica em geral e, mais especificamente a crítica feminista, têm revelado uma extraordinária timidez em se aproximar não só dos possíveis sentidos dessas questões, mas também de um exame mais detido sobre a obra e a personalidade de nossa maior escritora modernista

### **De como Rachel pisou os tapetes da Casa de Machado de Assis**

Como Rachel, a primeira mulher a ingressar na Academia, depois de ter decifrado o enigma do fardão, terá traduzido para o feminino um ritual de traços claramente patriarcais como o da transmissão do patrimônio cultural acadêmico?

É bom lembrar que a conquista e ocupação de uma cadeira acadêmica não se faz com facilidade. A cerimônia da posse, bem como a praxe dos procedimentos que a antecede, exige do candidato um longo e litúrgico caminho de 'iniciação', feito de provas de humildade, virtude e merecimento pessoal. Se bem sucedido, o futuro acadêmico está habilitado a ser recebido na Casa, como legítimo herdeiro da linhagem e da tradição, das quais, a partir de então, torna-se guardião e transmissor. Vejamos, portanto, como Rachel colocou-se neste ritual complexo e eminentemente masculino.

Na primeira sessão depois da morte de um acadêmico, o Presidente da Academia declara formalmente que está vaga a cadeira e abertas, durante 90 dias, as inscrições para novos pretendentes. No prazo de 120 dias, processam-se as eleições.

Por sua vez, cada cadeira contém um sentido e uma simbologia bastante específicos.

Conta a tradição que, na corte de Luiz XIV, apenas os grandes fidalgos e os prelados tinham o direito de sentar-se em *fauteuils*, exceção feita apenas para o Presidente da Academia Francesa de Letras, ao qual, excepcionalmente, havia sido concedido igual privilégio. Mas, em 1703, a candi-

**4 A respeito do histórico da ABL e da Academia Francesa ver NEVES, Fernão A Academia Brasileira de Letras notas e documentos para a sua história (1896-1940). ABL, 1940**

datura do escritor La Monnoye colocou um sério problema. Sua vitória dependia do voto de um dos acadêmicos, o Cardeal d'Estrées, que tendo-se tornado Príncipe da Igreja e, portanto, conquistado o direito a *fauteuil* no Paço do Rei, não concordava em sentar-se num simples banco de plebeus. Luiz XIV, sabendo do impasse, ordena então que fossem concedidas aos senhores acadêmicos, 40 *fauteuils*. Daí, teria vindo o prestígio 'objetivo' da cadeira acadêmica. Uma cadeira que é um pequeno trono<sup>4</sup>. E, como tal, só pode ser transmitida ou, na pior das hipóteses, usurpada. Nos primeiros tempos, a transmissão da cadeira era feita através da escolha ou designação espontânea de novos membros pelos demais acadêmicos. Em 1713, entretanto, um novo incidente, gerado pela recusa de Lamoignon ao convite para integrar os quadros da Academia, ensina que seria mais sensato que o ingresso na Casa fosse precedido de um pedido oficial do candidato. Dizia-se, a propósito, na Academia Francesa "Como uma matrona decente, a Academia não se oferece, não concede a mão de uma filha – perdão, a posse de uma poltrona – sem o desejo manifesto, por alguém, de possuí-la, isto é, sem um pedido formal". Fixa-se, assim, a praxe da entrega de uma carta do candidato, na qual solicita ao Presidente sua inscrição na competição pela vaga aberta, costume, mais tarde, ampliado e aperfeiçoado, através do envio de telegramas comunicando esta inscrição aos demais acadêmicos. O candidato está pronto para iniciar a penosa trajetória das 'visitas' a seus futuros colegas levando livros de sua autoria, presentes, iguarias, flores e, obviamente, um pedido de voto.

Rachel, segundo consta, já nesta preliminar alterou um pouco as regras do jogo. Após a entrega da carta de inscrição ao Presidente (segundo ela, induzida por Adonias Filho), viaja para o Ceará, de onde só volta no momento da eleição, esquivando-se assim da 'prova' das visitas, ou seja, do requerido exercício de humildade e submissão a seus pares. Mesmo assim, Rachel, ao chegar do sertão, venceu sem maiores dificuldades.

Uma vez eleito o candidato, é marcada a cerimônia durante a qual será recebido por seus novos pares, deverá ler o tradicional discurso de posse, assinar, com a pena de ouro de Machado de Assis o livro da Academia e receber o diploma, o colar e a espada, perfazendo, assim, o ritual da sagração acadêmica.

A praxe do discurso público e solene data de 1673, com a posse de Fléchier. O novo acadêmico dirigia-se, de forma deferente, ao(s) representante(s) do governo e da Academia, falava sobre seu predecessor e, em seguida, assistia seu elogio por um dos membros da Casa. No caso brasileiro, temos uma variável extremamente curiosa. Na Academia Francesa, os *fauteuils* não são numerados, nem têm patronos. A novidade de nossa Academia foi que, em 1896, quando foi criada, com o objetivo, conforme o discurso inaugural de Machado de Assis<sup>5</sup>, de "conservar, no meio da Federação Política,

**5 Discurso proferido na sessão de fundação da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897, as 20 horas, em uma das salas do Pedagogium, Rua do Passeio, nº 28, Rio de Janeiro**

6 Machado de Assis, *ibidem*

7 NEVES, Fernão. A Academia Brasileira de Letras no-  
tas e documentos para a  
sua história (1896-1940). ABL,  
1940

a unidade literária nacional" e manter "a tradição como seu primeiro voto", deu-se conta, face à juventude da cultura nacional, da necessidade da própria 'invenção' desta tradição. Na falta de um tronco genealógico de nossa aristocracia literária, a melhor estratégia para os fundadores seria criar espiritualmente, para suas cadeiras, patronos que representassem "homens preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais"<sup>6</sup>. A sugestão do patrono, como consta no anteprojeto do Regimento Interno, foi de Joaquim Nabuco: "A cada uma das 40 cadeiras da Academia será dado, em homenagem aos principais escritores brasileiros, o nome de um deles, e o primeiro titular de cada cadeira pronunciará perante a cadeira o elogio do nome literário nela inscrito"<sup>7</sup>.

Esse impulso genealógico não é, entretanto, uma criação das academias literárias. Na historiografia e na crítica literárias é rotineira a preocupação recorrente com o estabelecimento de linhagens, com o exame exaustivo das 'influências' nos textos, nas obras e na constituição das escolas literárias, com a identificação dos 'fundadores' da literatura nacional. Pode-se dizer que a construção de famílias legítimas com seus 'patriarcas', 'heróis' e 'gênios' é uma das idéias centrais da crítica e da teoria literárias e mesmo que a história da literatura é construída como um sistema de parentesco patriarcal tradicional, ou seja, dentro de uma lógica patrilinear baseada na transmissão da propriedade e do patrimônio.

A Academia Brasileira de Letras, criada com a função básica de proteger e preservar o patrimônio linguístico e literário nacional e sendo o órgão mais alto da consagração e da legislação literária, não escapa a essa regra. Cada cadeira, ao ser 'ocupada' por um novo acadêmico, exige a recomposição e a reconstituição do traçado genealógico que a define. A ritualização da posse de um novo acadêmico, seja através do discurso no qual o aspirante deve refazer a linhagem de seus antecessores, provando-se assim 'herdeiro legítimo' deste 'tronco' ou 'lugar' na literatura, seja através da *mise-en-scène* da 'recepção' por um acadêmico já imortal, explicita um pouco mais o sistema que informa os processos da legitimação literária. Nesta lógica, a exclusão das mulheres não parece ter sido apenas um problema gramatical ou de figurino.

### **A transmissão do patrimônio ou o discurso de praxe**

Rachel tinha pela frente a tarefa inédita – bastante similar à da tradução do fardão para o feminino – de adaptar ou, no mínimo, sutilizar a solene transmissão patriarcal do patrimônio literário nacional. Que metáforas teriam sido necessárias a Rachel para transpor o discurso heróico acadêmico para a sintaxe específica do sexo frágil? A linhagem da cadeira número cinco 5 era formada por Bernardo Guimarães (patrono), Raimundo Corrêa (fundador), Oswaldo Cruz, Aloysio de Castro e Cândido Mota Filho. Agora seria de Rachel. Como pedir adequadamente a licença, ritual mas necessária, e sen-



tar-se confortavelmente neste espaço ocupado, desde 1897, por expoentes e fundadores da cultura nacional, usando um traje longo, com decote em V, saltos altos e sem nenhuma espada?

Rachel escolhe o caminho mais longo, porém mais certo. Volta ao sertão, numa clara procura de auto-entendimento, e apresenta, ao solene plenário, uma menina-moça procurando a lua com os olhos, no oitão branco da velha casa de fazenda. A partir daí, reconstrói, plano a plano, cinematograficamente, como num sonho, seu primeiro contato com Raimundo Corrêa, *patrono da cadeira que em alguns minutos seria sua*. "A menina assesta na lua, diretamente no disco da lua, os seus olhos que já são míopes. Suspira, mas é um suspiro diferente, satisfeito, consolado, a menina ainda não está na idade dos suspiros propriamente ditos, está na idade das imaginações e dos sonhos. E, de olhos fitos na lua, silenciosamente, mal movendo os lábios, vai murmurando para si uma reza, uma encantação – um poema? Um poema que é reza e encantação. Vai murmurando como se rezasse para a lua e, na verdade, está rezando para a lua (neste momento, Rachel declama, emocionada, os versos do poema Plenilúnio, de R. Corrêa). Já reconheces-te na encantação rezada pela moça o poema inesquecível. E na adolescente que se tenta fazer bruxa daquele culto lunar, permiti que vos apresente a velha senhora de hoje, tentando desvendar os seus laços antigos com o poema e com o altíssimo poeta". Pouco adiante, revela que o poema encontrava-se "num volume já gasto por outra geração de moças" – suas tias. Rachel havia conseguido, na mais clássica estratégia do desempenho feminino, enfeitizar a audiência e recuperar, nas primeiras linhas de seu discurso, uma outra linhagem que igualmente interveio e conformou a literatura brasileira, a presença maciça, na formação e divulgação de nossa literatura, das mulheres como leitoras ou mesmo como aquelas que ensinaram e estimularam a leitura. Conseguiu, ao mesmo tempo, resgatar a linhagem feminina de sua formação literária e, para usar uma palavra da moda, 'privatizar' a figura fundadora de Raimundo Corrêa, que, torna-se simplesmente seu "misterioso, louco poeta particular".

Já com o patrono da cadeira, o poeta Bernardo Guimarães, Rachel, de maneira provavelmente inédita na Casa, aproxima-se com restrições e rejeita os laços de parentesco que, pelas normas da casa, deveria estar estreitando. Interpele, inclusive, Raimundo por ter escolhido Bernardo. Este último, um "escravo da lei, quase neuroticamente escrupuloso", enquanto o primeiro, "seu antípoda, boêmio irreverente que desafiava autoridades, recebia partes tocando violão, dava despachos em versos picarescos, (...) era símbolo de todas as suas (de Bernardo) insubmissões sufocadas". Rachel, arriscando sua primeira insubmissão acadêmica, não parece muito propensa ao elogio da ordem e da lei que justificariam para muitos as posições contraditórias do patrono de sua cadeira. Na página cinco de seu discurso, denuncia Bernardo Guimarães, que "não ousou enfrentar os tabus da época; fazia res-

trições racistas, como aliás faziam todos os outros adversários da escravidão – piedosos, paternalistas, levados por sentimentos caritativos – mas nada igualitários". E prossigue criticando seu mais famoso romance, *Escrava Isaura*, personagem branca, concebida para um público de senhores e sinhás.

Quanto a Oswaldo Cruz, o terceiro elo da genealogia da complexa cadeira, Rachel observa que entrou, não como escritor, "mas dentro de uma categoria muito rara – na especialíssima categoria de 'herói'". Mais uma vez, recua no tempo e desenha um quadro fascinante, e eu arriscaria mesmo dizer, irônico, desta categoria que mal ou bem se mostrava, ao vivo, nos louros, no brilho e nas espadas dos 39 acadêmicos que ali se distribuíam, de fato ou virtualmente. Fazendo inicialmente a distinção entre os "heróis que matam" como Alexandre, César e Napoleão, e os que defendem a vida – "os heróis angélicos" – em cuja classificação inclui o Dr. Oswaldo Cruz, passa a descrever a aventura e as glórias de sua luta contra a peste, a ignorância, a malária do Amazonas, a febre amarela no Pará

Rachel passa, então, ao elogio de Aloysio de Castro, o terceiro ocupante da cadeira de Bernardo Guimarães. Como no caso de Raimundo Corrêa, traz não o elogio canônico de seu antecessor, mas um *flash* de sua ligação particular e pessoal com o acadêmico. De novo, pela via de seu *network* feminino, no caso sua amiga Lota Macedo Soares, foi levada à casa de Aloysio de Castro. Não mais o poeta particular, príncipe de seus sonhos de menina-moça, nem o herói-valente em guerra contra a morte, mas, como já era a hora, na lógica das atávicas fantasias femininas, um galante cavalheiro emerge das palavras de Rachel preenchendo o espaço grave da cerimônia. "Apanhado de improviso, o mestre nos recebeu, no seu salão, sentado ao piano, vestido num robe de cetim cor de vinho. E interrompendo docemente as veemências de Lota, quis saber quem eu era, sorriu satisfeito ao se inteirar do meu ofício e começou a tocar um pouco, para me pôr à vontade, creio. Foi tudo extremamente gentil e, para mim inesquecível o piano de cauda, sobre o qual havia retratos em moldura de prata, o salão em penumbra e o amável cavalheiro dedilhando delicadamente o prelúdio de Chopin".

Cândido Mota Filho, até aquele momento detentor da cadeira que seria a sua, ao contrário dos outros, mereceu, por parte da quase imortal, minuciosa e objetiva avaliação tanto de seu valor intelectual, político e social quanto de suas atividades como advogado, jornalista, político, professor e homem de letras. Estava construída, solidamente e dentro do melhor padrão oficial da Academia, a legitimidade da *estirpe* de seu predecessor. Era chegada a hora de Rachel inserir-se como o último elo da cadeia linear que simboliza a tradição da cadeira número cinco e enfim receber, como herança legítima, o patrimônio que esta ilustre linhagem representa. Ao cerrar das cortinas, uma surpresa. absolutamente desinteressada do valor histórico e literário da obra de Cândido

dido Mota Filho, que tão respeitavelmente louvara, a primeira acadêmica da longa história da Academia Brasileira de Letras recua novamente no tempo e traz a audiência de volta para uma tarde ensolarada no aterro do Flamengo. Em cena, a escritora e o Ministro conversam sobre assuntos de família. Descreve Mota Filho, falando, com prudência e possível insegurança, de seu encanto pelo Nelson, o Nelsinho Mota, seu neto, cuja queda irresistível pela música popular, poderia desgostar as prováveis preferências elitistas da famosa literata. Na cena, Rachel, selando uma cumplicidade afetuosa entre avós, confessa-se "fã de firma reconhecida" do rebelde descendente do último ocupante da cadeira de Bernardo Guimarães. *O grand finale* de seu discurso de posse, anti-heróico por excelência, subestima os louros da genealogia literária e termina em família, discutindo 'doce e consoladamente' o espaço privado através do qual penetra, com a habitual naturalidade, no espaço público da consagração literária.

Um *post scriptum* aparentemente sem importância, apesar da atmosfera de comoção nacional que a posse de Rachel mobilizou, o discurso com que foi recebida por Adonias Filho não menciona **nem uma vez** o fato histórico da eleição de Rachel de Queiroz enquanto a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras

### Fama fácil?

Retomo agora o problema a que me propus no início destas observações: a singularidade da fulminante carreira de Rachel de Queiroz frente aos tradicionais obstáculos ao reconhecimento do trabalho feminino. E retomo também, filiado-me às estratégias que Rachel utilizou em seu discurso de posse, ao meu primeiro contato com a escritora que, desde então, tornou-se a questão central de minhas preocupações feministas

Rachel de Queiroz era, para mim, que sempre me dediquei ao estudo da resistência cultural, das margens & dos marginais da literatura, um nome tão nobre quanto distante. Na realidade, o mundo das academias e dos grandes escritores não me atraía. Dos acadêmicos, só havia me aproximado de Afrânio Coutinho e assim mesmo através de meandros profissionais que me fizeram sua assistente no início de minha carreira. Pois foi Afrânio Coutinho que me apresentou a Rachel de Queiroz, na sala de embarque do aeroporto do Galeão rumo a um encontro de escritores latino-americanos em Brasília. Bastou um minuto para que eu me desse conta de que estava irreversivelmente fascinada e conquistada. Voltando ao Rio, liguei para Rachel para entrevistá-la para um trabalho que estava fazendo sobre a vinda de Orson Welles ao Brasil, provavelmente um pretexto para vê-la de novo. Foi então que, esquecida de Orson Welles, e sabendo de meu interesse pelo estudo das mulheres, qual Sherazade, Rachel começou a tecer e contar infinitas histórias sobre as matriarcas nordestinas, mulheres fortes, independentes, poderosas, crueldíssimas. Vieram os casos de D. Bárbara de Alencar, D. Federali-

na de Lavras, D. Marica Macedo. Personagens que faziam lembrar algumas figuras dominadoras e temíveis que povoam os romances de José de Alencar, de Machado, de Aluizio Azevedo, que faziam pensar em D. Guidinha do Poço, nas senhoras baianas de Jorge Amado, nas mineiras de Pedro Nava. Imagens femininas paradigmáticas de um Brasil arquetípico e familiar.

No entanto, eu sentia que alguma coisa diferenciava as matriarcas de Rachel daquelas personagens do romance brasileiro, imagens distantes de um Brasil definitivamente ultrapassado. Dei-me conta de como nossos escritores tiveram e têm o estranho prazer em representá-las como figuras barbarrizadas, opressoras, em geral caricatas. Nas histórias de Rachel, ao contrário, brilhavam os feitos, as audácias e o cotidiano das senhoras do sertão. Sua narrativa, traindo um certo orgulho, trazia, para o presente, sobretudo a memória das várias formas de poder feminino esquecidas e/ou destruídas ao longo da história. Uma pergunta continuava, entretanto, me intrigando: de que falava Rachel, quando falava das matriarcas?

A partir daí, percebi que estudar a mulher no Brasil e na literatura brasileira sem passar por Rachel de Queiroz é, no mínimo, imprudência.

Rachel, como as matriarcas que invoca, sempre conviveu 'naturalmente' com o poder. Aos 20 anos, foi considerada uma escritora definitiva (dona de uma "escrita masculina e viril"). Ocupou um espaço expressivo e contínuo na imprensa nacional. Transitou desde muito jovem, e continua transitando – aparentemente sem nenhum constrangimento ou restrição –, pelos círculos mais influentes e poderosos de nossa elite intelectual. Filiou-se ao Partido Comunista, mas, quando viu seu romance João Miguel censurado por seus correligionários, não hesitou em desligar-se e optar pelo trotskismo. Em 1937, foi presa em Fortaleza. Casou-se, descasou-se e descobriu, com surpreendente liberdade para a época, o prazer de inventar e construir como bem quis sua vida particular e profissional. Teve acesso e influenciou na política brasileira, foi convidada por Jânio Quadros para ser Ministra da Educação, foi representante do Brasil junto a ONU, foi membro fundador do Conselho Nacional de Cultura. Foi, como vimos, a primeira mulher a ingressar na Academia em meio a uma festa nacional.

Em resumo, um caso notável de 'exceção' no quadro quase exclusivamente masculino da história da literatura. A perturbação de seus primeiros críticos em relação a O Quinze é eloquente neste sentido.

Esse caráter de excepcionalidade, relativamente comum no modernismo internacional, não parecia ainda, entretanto, suficiente para explicar o caso Rachel.

As intelectuais e artistas modernistas que se sobressaíam, especialmente nas décadas de 20 e 30, como Virginia Woolf, Gertrud Stein ou mesmo Tarsila do Amaral, no Brasil, afirmavam-se através de costumes e princípios radicalmente

transgressores, confrontavam valores burgueses vistos como retrógrados, aliam-se às lutas feministas e a uma estética experimental e iconoclasta. A conquista do novo espaço público, que pouco a pouco ia-se abrindo para as mulheres, era feita de forma traumática e pagava o alto preço da competição e do confronto com as normas vigentes.

Rachel, por sua vez, não parecia identificada nem com o feminismo, nem com a conquista do poder político ou literário, nem com as vanguardas ou, nem mesmo, como várias vezes afirmou, com o próprio Modernismo. Preferiu os caminhos da individualidade e da autonomia. Desde o lançamento de O Quinze, evidenciou um trânsito extremamente à vontade entre o espaço particular e o espaço público, entre sua vida cotidiana, a literatura e a política. Se surpreendeu e mesmo chocou a crítica pela qualidade literária que demonstrou, sua trajetória intelectual não parece ter trazido nenhum desconforto especial aos companheiros masculinos. Uma das provas mais evidentes neste sentido, para manter-me no caso de sua entrada na ABL, foi a recepção consensual da 'naturalidade' de sua eleição como a primeira mulher a integrar os quadros da defensiva Academia

Quem talvez tenha chegado perto da questão foi a jornalista Ana Luisa Collor de Mello que, na Gazeta de Alagoas do dia 9 de agosto de 1977, veementemente afirmou: "Duvide-o-dó que a primeira mulher a frequentar a fechada Academia Brasileira de Letras não fosse nordestina. (. .) Não tenho dúvida de que Rachel de Queiroz é o símbolo da mulher nordestina. É uma vitória do povo do nordeste. Ou do povo brasileiro". Não muito distante desta opinião, afirmava Rachel pouco tempo depois para O Globo, "Quem entrou para a Academia não fui eu, foi o povo do Ceará". (O Globo, 29 de out, 1977).

Demagogia? Hipótese pouco provável, se considerarmos a coerência de sua vasta obra, ligada, de maneira visceral a uma 'brasilidade nordestina', emergente na década de 30 e consagrada de forma definitiva pela obra de Gilberto Freyre<sup>8</sup>, ou mesmo o senso comum sobre sua personalidade, traduzido no já clássico diagnóstico de Manuel Bandeira, legítimo representante da aristocracia intelectual nordestina: "Não há ninguém tão 'Brasil' quanto ela. Quero dizer, Brasil de toda maneira, brasileira, brasiliense, brasiliana, brasileira".

Vem-me ainda à lembrança a frase final de um de seus primeiros escritos, um manifesto nacionalista, como era prática na época, publicado na revista Maracajá, em abril de 1929, portanto no calor do Modernismo. Declara Rachel, então com 18 anos: "canto o presente tumultuoso de minha terra e o seu passado tão curto, tão claro, tão cheio de vitalidade que é quase um outro presente"

Começo a pensar no estranho efeito de descoberta que as histórias de Rachel, em nosso primeiro encontro, tiveram sobre mim. Na revelação que foi, para esta ingênua feminista do eixo Rio-São Paulo, a descoberta da força simbólica dos casos & feitos daquelas distantes e semi-lendárias proprie-

**8** O conceito de 'brasilidade nordestina' surge, na década de 30, em torno da batalha ideológica promovida pelo confronto regionalismo/modernismo paulista e expressa o impasse, gerado pela revolução de 30, entre as novas e velhas elites políticas e sociais do país. Esta noção foi desenvolvida por Michel Zaidan em trabalho sobre o romance nordestino de 30 e seu projeto de criação e difusão do conceito de nordeste enquanto "berço da nacionalidade brasileira" e apresentado no Encontro "Rachel de Queiroz uma mulher, sua obra e seu tempo", UFPE, Recife, 16 de setembro, 1991

9 O estudo sobre o papel da mulher na formação do Estado Brasileiro e as noções de espaço público e privado no século XIX vêm sendo desenvolvidos no trabalho rigoroso e pioneiro de Maria Odília Silva Dias e divulgado parcialmente em conferências e papers ainda inéditos

10 LANDES, Joan *Women and the public sphere a modern perspective* In *Social analysis* nº 15, ago 1984, p 20-31

tárias de terra e gado no interior do sertão nordestino. Histórias de mulheres com pleno controle de suas vidas, liderando fazendas, dominando filhos, parentes, agregados, escravos. Administrando uma extensa rede de poderes que incluía a economia, a política e o clero locais. O Estado e a Igreja, portanto, definindo-se como extensão da família com a presença maciça do poder feminino. Mulheres, fazendeiras e chefes de família, inventando e improvisando os mais diversos papéis sociais, transpondo qualquer diferença entre público e privado.<sup>9</sup> Demonstrando, de forma surpreendente, como a família patriarcal brasileira conseguiu engendrar, na prática, formas antipatriarcais, semipatriarcais e parapatriarcais de organização social

É curioso que um dos temas que vêm se mostrando mais caros à historiografia feminista internacional, seja, exatamente, a releitura do imbricado processo de redefinição dos papéis sexuais no período de formação da república moderna, momento em que a economia doméstica deixa de ser o espaço central da produção. Indignações como a de Montesquieu que denunciava a "liberdade irrestrita das mulheres da aristocracia", os "vícios da luxúria aristocrática," e, especialmente, seu papel de negociadoras do poder no interior da sociedade da corte, ou a de Rousseau ao denunciar publicamente "as práticas não naturais" das mulheres aristocráticas que renunciaram de seus deveres maternos para participar no mundo, revelam o calor argumentativo da segregação cultural que a 'civilização moderna' impôs às mulheres e do controle da penetração e participação femininas na vida pública. Nesse quadro, como mostram os trabalhos mais recentes, em resposta à construção estritamente misógina e dual das esferas da casa e do Estado, as mulheres desenvolveram processos sutilíssimos de legitimação e envolvimento no espaço público, ainda não de todo estudados, mas que já iluminam e questionam as pressuposições clássicas da teoria política tradicional.<sup>10</sup>

No nosso caso, a carreira de Rachel e sua 'natural' excepcionalidade e reconhecimento demonstram não apenas a fragilidade do conceito de espaço privado na formação da sociedade brasileira mas, sobretudo, como, feminista a seu modo, mostrou um enorme talento no uso da domesticidade para expandir a linguagem da liberdade pública e política, conseguindo reestabeler, de maneira ímpar, a lógica do poder privado das autênticas matriarcas e sua força no imaginário brasileiro.

Inicia sua vida profissional por volta de 1930, momento bastante delicado, quando a institucionalização dos espaços permitidos (ou não) para as mulheres começa a ser delineada.

Que metáforas teriam sido necessárias, neste momento, para viabilizar a penetração e a participação femininas na vida pública? De que artifícios lançaram mão as mulheres para a definição de sua individualidade? O que há por trás da imagem, quase invariavelmente conservadora, das poucas

mulheres que conseguiram não apenas manifestar-se na cultura de forma atuante, mas, ainda, serem aceitas pela sociedade deste período?

Rachel, dona de "uma autonomia e de uma independência sem paralelo na escrita feminina brasileira", conforme atesta Gilberto Freyre<sup>11</sup>, nos dá algumas pistas. Em princípio, marca sua individualidade de maneira bastante clara, rejeitando qualquer tipo de associação com movimentos e grupos feministas ou literários e omite, sistematicamente, em seu discurso, qualquer traço de competitividade explícita, o grande fantasma masculino 'moderno'.

Não é difícil encontrar depoimentos como esse publicado na ocasião de sua posse: "Não gosto de escrever. Escrevo para ganhar dinheiro. Se pudesse nem assinava o nome. A verdade é que não sou romancista, sou boa dona de casa, melhor cozinheira do que escritora." Ou como a altissonante declaração a Marisa Raja Gabaglia, que tornou-se mancha de uma conhecida revista carioca. "Minha maternidade é inesgotável". Imagem que inegavelmente 'pegou' e que vai tornar-se o *leitmotif* do volume comemorativo dos seus 80 anos, editado pela José Olympio. Diz, por exemplo, na página 124, Otto Lara Rezende: "Ouso dizer que ela se administra mal, ou nem ao menos se administra, no sentido de levar a sério o talento que tem e de tratar de profissionalizá-lo (...). Rachel não se deixa impressionar pela imagem que de si projeta. A naturalidade nela vai ao ponto de parecer descuido, como se zombasse do que se convencionou chamar de glória literária. Tendo feito o que fez, vê com uma ponta de desdém tudo o que fez. Às vezes me passa pela cabeça que ela nem desconfia que é Rachel de Queiroz".<sup>12</sup>

Mas tanto ela desconfia que, feminista a seu modo, além de um rigoroso trabalho literário, soube construir uma trajetória pessoal e profissional ímpar. O que parece estar em jogo aqui – e é o que precisamente fascina num estudo sobre Rachel de Queiroz – são não apenas os processos de construção desta trajetória que revela a fragilidade da idéia de espaço privado na formação da sociedade brasileira, mas, sobretudo, a evidência da elasticidade do poder privado e a rentabilidade de sua instrumentalização, no caso Rachel, potencializada de forma estratégica e exemplar. É este ponto, tão delicado quanto estrutural na dinâmica das nossas relações de poder, que revela a marca oligarquica ainda residual na lógica de uma 'brasilidade nordestina', que transbordou das fazendas para a corte na formação do Estado Brasileiro.

De qualquer forma, creio já poder afirmar que foi mais ou menos assim que Rachel de Queiroz, em 4 de novembro de 1977, abrindo mão da espada acadêmica, mas nunca de seu profundo conhecimento de Brasil, vestiu um fardão verde, longo, com decote em V e bordados dourados e franqueou às mulheres as portas do reconhecimento literário oficial.

*Agradeço a Valéria Lamego e a Alessandra Lariu pela colaboração e pelo entusiasmo com que acompanharam este trabalho. Ao CNPq, pelo apoio a esta pesquisa.*

11 FREYRE, Gilberto. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 18 setembro 1977

12 REZENDE, Otto Lara. *Raízes e flores*. In: *Rachel de Queiroz os oitenta*, p. 123-125. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.